

O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO MILITAR
NA
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA E A NAÇÃO

Coronel Adm. Aer. Luís Alves de Fraga

Resumo

Sendo uma *Lição de Sapiência* o texto pretende, em poucas palavras, resumir o processo de socialização militar que se pratica na Academia da Força Aérea de forma a perceber-se como, afinal, toda a preparação exigida aos alunos os encaminha para o serviço da vontade nacional, isto é, o serviço da Nação.

O eixo central da temática suporta a explicação de um processo lento mas muito seguro — resultado de uma experiência empírica com mais de cem anos — de transformar um jovem civil com vocação castrense em um oficial capaz de tomar decisões e gerir homens e violência nos momentos em que a Nação lhes exige sacrifícios extraordinários.

O texto põe a nu, nas suas linhas mais essenciais, toda a instrução pela qual passam os alunos da Academia da Força Aérea durante o curso, deixando antever como acções, por vezes muito simples, contribuem para a socialização militar do futuro oficial. Nada do que se passa dentro do quartelamento acontece por acaso; tudo tem uma finalidade: servir com denodo a causa da Pátria.

O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO MILITAR

NA

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA E A NAÇÃO

Coronel Adm. Aer. Luís Alves de Fraga*

PRÓLOGO

Os Cavaleiros tende em muita estima,
Pois com seu sangue intrépido e fervente
Estendem não só a Lei de cima,
Mas inda vosso Império preminente.
Pois aqueles que a tão remoto clima
Vos vão servir, com passo diligente,
Dois inimigos vencem: uns, os vivos,
E (o que é mais) os trabalhos excessivos.

Se me atrevo a iniciar esta lição citando Luís de Camões¹ é porque a Instituição Militar portuguesa é das poucas que se pode orgulhar de ter tido um dos mais extraordinários poetas épicos para lhe sintetizar características fundamentais.

Nos versos há pouco lidos sobressaem virtudes evidentes, que ainda hoje continuam a ser cultivadas, nesta e noutras Academias militares: a coragem física e, acima de tudo, a coragem moral, o espírito de imolação e a disciplina consciente. Mas, note-se que ao Príncipe dos Poetas não faltou, também, a finura diplomática para firmemente recordar ao Rei que os Cavaleiros devia ter em «muita estima».

Pouco mais de trezentos anos depois de Camões ter publicado *Os Lusíadas*, um grande Capitão de África — refiro-me a Joaquim Mouzinho de Albuquerque — expunha, com profunda clareza epistolar, as razões da grandeza da vida militar, ao Príncipe Real D. Luís Filipe, de quem havia sido nomeado Aio. Expô-las ao Príncipe era recordá-las ao futuro Rei para que, também ele, aprendesse a considerar, na sua verdadeira dimensão, os trabalhos e, acima de tudo, a completa disponibilidade que envolve o ser-se soldado.

Dessa carta de Mouzinho² transcrevo a passagem que evidencia o mais são e puro orgulho castrense:

* Professor efectivo da Academia da Força Aérea.

¹). Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto X, CLI.

² Transcrita pelo General Luís Ferreira Martins, *Mouzinho*, 2ª ed., Lisboa, Edições Excelsior, 1965, pp. 208-218.

«Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na história do Portugal contemporâneo escrevemo-las nós os soldados, lá pelos sertões da África [...]. Alguma coisa sofremos, é certo; corremos perigos, passámos fomes e sedes e a não poucos prostraram em terra as fadigas e as doenças. Tudo suportámos de boa mente porque servíamos El-Rei e a Pátria, e para outra coisa não anda neste mundo quem tem a honra de vestir uma farda. Por isso nós também merecemos o nome de soldados; é esse o nosso maior orgulho.»

E note-se que Mouzinho de Albuquerque tinha a clara noção de que só a «muita estima», no dizer de Camões, era pagamento suficiente para o soldado, porque, «Trabalho gratuito, sempre, porque o vencimento do militar, [...], nunca é a remuneração do serviço, por não haver dinheiro que pague o sacrifício da vida»³.

Se entre Camões e Mouzinho quase não há diferenças discursivas quando referindo-se à forma de estar dos militares não é por certo, porque o segundo se inspirou no primeiro; a razão que justifica a semelhança encontra-se no facto de o substrato da mentalidade militar não sofrer alterações significativas com a simples passagem do tempo. A esse substrato poder-lhe-ia chamar Ética⁴, entendida esta nos seus dois significados científicos: por um lado o filosófico e, por outro, o nomotético.

Estudar, tão simplesmente, a Ética Militar seria, em meu entender, tentar conhecer e explicar partes do comportamento individual e colectivo dos militares enquanto profissionais; seria curto como objectivo de uma percepção mais vasta do relacionamento colectivo dos militares, tanto na perspectiva de grupo distinto, como na de instituição social⁵. Este o motivo porque, a busca das explicações mais profundas, mais complexas e, quiçá, mais completas deve ser feita por recurso ao domínio da Sociologia⁶.

Embora no ensino universitário português a Sociologia esteja ainda a viver uma recente adolescência — ou talvez por isso mesmo — na Academia da Força Aérea foi decidido experimentar a leccionação de uma disciplina designada Sociologia Militar, com vista ao

³ Idem, *ibidem*.

⁴ Sobre o conceito de «ética», cf. G. Thines e Agnés Lempereur (dir.), *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70, 1984, p. 362.

⁵ Sobre o conceito de «instituição», Idem, *op. cit.*, p. 506.

⁶ São muitas as definições de Sociologia, contudo, julgo que uma das mais simples — «ciência de observação que estuda de modo positivo o conjunto dos fenómenos, estruturas, instituições, grupos, poderes, relações de forças, relações e comportamentos, que se manifestam pelo facto dos homens viverem em sociedade» — deve-se a Alain Birou, *Dicionário das Ciências Sociais*, 5ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.

lançamento da semente que permita, por um lado, iniciar estudos e pesquisas nesse domínio e, por outro, ministrar aos alunos conhecimentos que lhes possam servir para melhor entenderem o grupo no qual se inserem.

Nesta última vertente procura-se levar a cabo, mais conscientemente, o processo de socialização militar⁷, não nos quedando pelo conhecimento do código normativo que, afinal, é uma emanção da complicada teia do relacionamento castrense, quer a nível institucional, quer a nível pessoal.

Esboçada a problemática que me preocupa posso, agora, delimitar o objectivo desta lição. Assim, tentarei uma sintética explicação do processo de socialização militar dos futuros oficiais da Força Aérea e, em jeito conclusivo, traçarei uma ou duas das linhas fundamentais que estão na origem de um esquisso relacional saudável entre a Nação e a Instituição Militar.

O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO MILITAR

Muitas são as razões que levam um jovem finalista do curso liceal a procurar ser admitido como cadete numa Academia militar. Esquemática e sinteticamente, as motivações podem ser de natureza endógena e de natureza exógena⁸.

No primeiro caso, encontrar-se-ão os anseios profundos de autoridade, poder, ordem, disciplina, abnegação e tantos outros que formam, de modo inconsciente e discreto, o carácter do jovem⁹; no segundo caso, será possível descortinar a admiração pela estética do uniforme, o espírito de aventura, a influência familiar, a imagem do estatuto social, as dificuldades de acesso ao ensino

⁷ Se por socialização se entende o «Processo pelo qual um indivíduo apreende e interioriza os valores, as normas e os códigos simbólicos do seu meio social, integrando-os na sua personalidade» — G. Thines e Agnès Lempereur, *op. cit.*, p. 852 — é possível admitir que socialização militar será o processo que corresponde à alteração da personalidade que visa a total e permanente integração do indivíduo no meio social militar.

⁸ Trata-se de uma classificação arbitrária e suficientemente genérica que, parece-me, pode suportar quaisquer outras que o apuramento científico, apoiado em dados numéricos, proponha.

⁹ Entendo aqui carácter como sendo uma parte da personalidade — aquela que integra a vertente congénita e a vertente determinada pelos factores de ordem social (meios de existência, grupos de pertença, papéis, etc.)

superior e muitos mais sentimentos¹⁰ ou factores que delimitam um determinado contorno psicológico transitório¹¹.

A transformação de um jovem civil num futuro oficial é tanto mais fácil quanto forem maioritárias as motivações de ordem endógena, porque existe, de facto, o que se poderá designar por vocação castrense; claro que a prevalência das motivações exógenas não significa que, mais tarde e função da actuação dos mecanismos de socialização, não se assista a mutações que dificilmente permitem descobrir quem possuía, de facto, uma interiorizada vocação militar.

Não vou, aqui e agora, naturalmente, pormenorizar todo o programa que constitui o processo de socialização militar, porque, além de moroso, não traria vantagem para a consecução do objectivo que antes enunciei; todavia, agruparei, em grandes conjuntos, as acções que estão integradas nesse processo, para se poder compreender como, ao cabo de cinco anos, de um aglomerado de motivações mais ou menos consciencializadas — permita-se-me a expressão — «nasce» um jovem oficial¹².

Devo acrescentar que a socialização militar não é só conseguida através da, vulgarmente designada, instrução militar; esta contribui muito para o processo, contudo, a vivência em internato, a sujeição a preceitos éticos e a normas disciplinares, a prática de actividades físicas apropriadas e a transmissão de adequados conhecimentos técnico-científicos, acaba moldando o jovem aluno ou, em caso extremo, acaba demonstrando a sua incapacidade para ser um oficial do Quadro Permanente da Força Aérea.

Postas estas questões prévias direi que o processo de socialização militar realiza-se através do desenvolvimento simultâneo de dois conjuntos de alterações comportamentais; um, reporta-se ao comportamento exterior ou aparente; outro, ao comportamento interior ou profundo.

¹⁰ Não pretendi entrar, como todo o texto o comprova, na complicada teia da classificação das motivações, por isso chamo sentimentos ao que, em boa verdade, deveria designar por variáveis transitórias de duração prolongada.

¹¹ Seria escamotear elementos à verdade dos factos pretender negar que muitas das grandes figuras militares da actualidade — nacional e estrangeira — escolheram a profissão castrense quase como mero recurso ou como resultado de uma fraca avaliação do que implica a vida de oficial; todavia, o facto de se terem tornado em profissionais brilhantes só prova as virtualidades do sistema de socialização militar.

¹² A minha já longa carreira militar, apoiada na educação recebida, nos tenros anos da meninice e adolescência, no Instituto Militar dos Pupilos do Exército e nos dilatados anos dedicados ao ensino castrense, permite-me, depois de muito ter meditado nestas questões, chegar a sínteses — como aquela que neste trabalho traço — que julgo originais, por nunca as ter encontrado em autores nacionais ou estrangeiros.

As alterações ao comportamento exterior ou aparente passam por mudanças que vão, por exemplo, do corte de cabelo à postura corporal, do vestuário à forma de andar. Trata-se de alterações meramente semiológicas, já que podem ou não corresponder à manifestação de alterações do comportamento interior ou profundo. A sua valorização deve, por conseguinte, andar ligada à análise de outros comportamentos.

Parece-me relevante deixar claro que a alteração do comportamento exterior, embora, numa primeira fase, seja a espectacular, é a mais fácil de conseguir, porque anda associada a níveis primários de coerção disciplinar.

Do meu ponto de vista, as alterações ao comportamento interior ou profundo processam-se em três níveis diferentes, a saber: ao nível do domínio grupal¹³, ao nível do domínio ético-militar¹⁴ e ao nível do domínio cognitivo¹⁵.

No plano das alterações ao comportamento profundo no domínio grupal, logo desde as primeiras horas de presença dos novos cadetes na Academia, actuam-se conjuntos de sistemas, subtilmente complexos, geradores, em simultâneo, de autocoacção, de coerção e coesão grupais.

Talvez, o exemplo mais completo desta gestação conjunta seja dado pelo tão famoso e pouco explicado «espírito de corpo»¹⁶. Com efeito, se ele passa pela manifestação da coesão do grupo, também é verdade que esta resulta da coerção que os elementos do grupo exercem entre si e do sentimento que coage cada um, impedindo-o de agir contra o grupo ou fora dos valores tidos como pertença do grupo.

¹³ Por domínio grupal entendo, por um lado, o agregado social existente na Academia da Força Aérea — alunos, oficiais, sargentos, praças e civis — e um universo mais vasto constituído pelas Forças Armadas, por outro lado, o conjunto de acções e interacções que se desenvolvem tanto entre alunos como entre alunos e instrutores/professores, tendo em vista o projecto de criação e manutenção de um grupo e, ainda, finalmente, por outro lado, as normas e regras de todo o tipo que pautam a vida e actividade dos alunos enquanto tal e as que irão exercer igual efeito nos alunos quando já oficiais.

¹⁴ Por domínio ético-militar entendo o conjunto de normas de comportamento marcadamente castrenses, bem como o conjunto de símbolos nacionais e militares que têm especial significado para o cidadão-soldado.

¹⁵ Por domínio cognitivo entendo todo o conjunto de conhecimentos — não só do âmbito académico — que envolvem, para a sua aprendizagem, a expressa vontade do indivíduo.

¹⁶ Na verdade, o «espírito de corpo» tem sido, especialmente depois das campanhas napoleónicas onde se desenvolveu, muitas vezes mal invocado ou impropriamente referido, por se desconhecerem todas as vertentes que estão compreendidas nos laços que unem os elementos das unidades militares. Trata-se de um conceito que ainda está à espera do seu sociólogo.

A camaradagem¹⁷, a disciplina¹⁸, o sentido da hierarquia¹⁹ são outras tantas alterações ao comportamento profundo no domínio grupal, já que todas elas se alimentam de cedências individuais em nome do bem-estar e segurança do grupo. Mais subtis e complexas são as alterações que conduzem ao desenvolvimento da abnegação²⁰ e da agressividade²¹.

Realmente, o grupo militar para manter toda a sua disponibilidade de serviço carece que cada elemento, sempre que necessário, rejeite o bem-estar pessoal em nome do bem-estar do grupo é esta disponibilidade que Camões e Mouzinho de Albuquerque identificam nas citações que inicialmente fiz. Contudo, entregas desta natureza, encontram-se, também, entre comunidades religiosas; o que as distingue da Instituição Militar é que, no meio castrense, o grupo exige do elemento individual o culto, a aprendizagem e a prática da agressividade controlada. Esta constitui a mais forte garantia da sobrevivência grupal.

Passando ao plano das alterações ao comportamento profundo no domínio ético-militar direi que nele se actuam mecanismos que procuram gerar a identificação do candidato a oficial com a Instituição e os seus próprios fins. Assim, poder-se-á considerar que as modificações se vão operar tendo em vista dois tipos de exigências: por um lado, as da Instituição Militar perante o futuro oficial e, por outro, as da Nação face à referida Instituição. Exemplifiquemos, para melhor se compreender.

Quando, através de exercícios e treinos — por vezes violentos — se procura desenvolver a coragem física, o espírito de sacrifício, o autocontrolo e, até a modéstia, está-se a dar livre curso a exigências da Instituição para com o futuro oficial; isto é, pretende-se que se verifiquem alterações

¹⁷ A camaradagem não se traduz no conceito simples de companheirismo de ofício; vai muito para além desse laço, porque envolve uma identificação amistosa e de apoio que se aproxima do tipo de sentimentos que caracterizam as relações familiares mais ténues ou mesmo as tradicionais relações de vizinhança.

¹⁸ Neste caso, por disciplina entende-se, naturalmente, o conceito que envolve o estrito cumprimento das ordens e normas de conduta militar.

¹⁹ Embora qualquer indivíduo socializado acabe admitindo a existência de uma hierarquia — que mais não seja a que estabelece uma relação de ordem entre os fenómenos tidos por naturais e os tidos por sobrenaturais ou divinos — o certo é que no grupo social militar toda a funcionalidade assenta na organização hierarquizada de homens, funções e tarefas; este facto e a sua aceitação sem reticências é determinante para o bom êxito da missão, seja ela qual for.

²⁰ Trata-se, agora, de um conceito cujo alcance é superior ao da simples cedência, porque visa um verdadeiro desapego, uma renúncia.

²¹ Deve entender-se que agressividade é no presente contexto, a predisposição psicológica, devidamente controlada e treinada, para se passar à agressão.

comportamentais profundas que satisfaçam necessidades que o exercício da actividade militar frequentemente coloca²²; quando, através de instruções teóricas e, acima de tudo, práticas, se exaltam os símbolos essencialmente militares — estandartes, guiões, medalhas e distintivos — e os símbolos nacionais — o hino e a bandeira — está-se, em parte, a corporizar e a cumprir a exigência de fidelidade que a Nação faz às suas Forças Armadas.

Passando, finalmente, ao plano das alterações ao comportamento profundo no domínio cognitivo é possível individualizar três grupos de actuação distintos, mas complementares: o dos conhecimentos científicos, o dos conhecimentos técnicos especiais e o dos conhecimentos técnicos específicos. Vejamos um pouco mais em pormenor.

Já distante vai o tempo em que o desempenho de cargos de comando nas Forças Armadas dependia do simples nascimento fidalgo e de uma educação limitada aos conhecimentos que os direitos de classe impunham; a Revolução Francesa também neste domínio alterou conceitos e práticas já que, abrindo a todos os cidadãos a possibilidade de acesso ao oficialato militar, obrigou a que, na sua educação complementar, entrassem as ciências que distinguem o saber aristocrático do saber burguês. Foi assim que a Matemática, a Física e a Química ganharam assento nas Academias militares de quase todo o mundo.

Entre nós, as disciplinas que destas ciências resultam, ainda são tidas como o sustentáculo dos conhecimentos exigíveis a todos os futuros oficiais, constituindo, com outras afins, aquilo que antes designei por grupo de conhecimentos científicos²³.

Embora não se espere que um oficial deva ser um cientista na vulgar acepção do termo, a verdade é que na condução da guerra ele deve agir cientificamente, porque esta é cada vez menos, uma arte ou, se se quiser, uma actividade emotiva²⁴.

²² Parece-me evidente a relação entre a função/missão da Instituição Militar e o desenvolvimento do culto da coragem física, espírito de sacrifício, autocontrolo, e modéstia entre os militares. Na verdade, estes atributos ou virtudes não são completamente separáveis daqueles que parecem resultar de uma exclusiva integração grupal; contudo, há nestes uma exigência específica que surge da função do agrupamento — fazer a guerra. Claro que a característica, atributo ou virtude, que se identifica mais facilmente como «pivot» da transformação profunda ao nível grupal e ético-militar é a agressividade.

²³ Como é lógico, há especialidades cujo desempenho carece em absoluto das disciplinas enumeradas e de outras, mais complexas, delas resultantes, como é o caso das diferentes Engenharias; não julgo, no entanto, que se deva estender à especialidade de Piloto-Aviador a mesma regra.

²⁴ Não deve causar estranheza esta afirmação, porquanto a conclusão científica é, de facto, tão mais correcta quanto menos na análise dos factos entrou a emoção.

Ora, se se entender que «agir cientificamente» corresponde à definição que qualquer dicionário de língua portuguesa dá de técnica²⁵, podemos, então, concluir que na preparação teórica e prática de um oficial devem ser — e são, de facto — ministrados conhecimentos especiais que lhe permitam tornar-se, na feliz designação devida a Harold Lasswell²⁶, num gestor da violência.

Esses conhecimentos especiais que permitem dominar a técnica da gestão da violência — e deve notar-se que o acto de gerir não se limita à aplicação da violência, mas estende-se a todo o processo que lhe é anterior e posterior — esses conhecimentos especiais, dizia, são tão vastos, complexos e, por vezes, tão aparentemente opostos que exigem ser sumariados. Vejamos.

O oficial das Forças Armadas, para conseguir agir em consonância com os desejos profundos da Nação, tem de conhecer o passado histórico do país para além de se identificar com a cultura nacional. Esta relação íntima e profunda, que vem do conhecimento, não consegue ser alcançada nos bancos do liceu, por isso há que a incentivar durante o curso na Academia²⁷.

Se o estudo da História Pátria é essencial à mudança comportamental do futuro oficial, não o é menos o conhecimento da História Militar, na qual ele colhe os ensinamentos do passado, os quais permitirão perceber as teorizações delineadas na Estratégia. Parece-me evidente que o domínio dos processos e métodos organizativos são indispensáveis à optimização da gestão, facto que obriga ao estudo profundo da Organização Militar com vista ao melhor aproveitamento de todos os recursos e, também, à definição da melhor cadeia logística.

A gama de conhecimentos especiais não se esgota na enumeração anterior, porque faltam aqueles que respeitam às grandes envolventes teóricas que explicam o ambiente conflitual na relação interestadual.

²⁵ Entende-se por técnica o «conjunto de processos baseados em conhecimentos científicos, e não empíricos, utilizados para obter um certo resultado», in *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª ed., da autoria de J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo, editado no Porto pela Porto Editora.

²⁶ Citado por Samuel P. Huntington, in *The Soldier and the State. The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, 7ª ed., Cambridge, Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University Press, 1981, p.11.

²⁷ Esta lacuna é no momento, mais sentida porque a totalidade dos oficiais das Forças Armadas portuguesas, com idade superior a trinta e seis anos, esteve sujeita a um tipo de ensino que traduzia a orientação política própria do regime anterior à Revolução de 25 de Abril, a qual, por ser de cariz nacionalista, exaltava a História Pátria, distorcendo-a, até. Claro que, na vigência de uma democracia pluralista e aberta à compreensão da fenomenologia que caracteriza os avanços para entendimentos políticos em quadros que ultrapassam os espaços nacionais, a História que se lecciona no liceu tem de ser transmitida de uma forma diferente da que se lecciona numa Academia militar.

Assim, o futuro oficial é aqui sensibilizado para matérias que passam pelas disciplinas de Geopolítica, Ciência Política e Relações Internacionais.

São ainda conhecimentos especiais, que determinam mudanças comportamentais profundas, o estudo da Psicologia e da Sociologia Militares. Cada um deles, de formas diferentes, procura criar as condições ao desenvolvimento teórico das capacidades de comando e chefia dos futuros oficiais.

Por fim, os conhecimentos especiais abrangem ainda o estudo da Tática Geral — embora entre nós seja designada de forma diferente — visando, no essencial, a compreensão do emprego dos meios Aéreos na guerra e, no particular, esse mesmo emprego no campo de batalha²⁸.

Para completar esta síntese do processo de socialização, falta referir os conhecimentos técnicos específicos que contribuem para a mudança de comportamento profundo ao nível do domínio cognitivo.

É aqui que cai, em meu entender, todo o saber que respeita à actividade a desempenhar pelo jovem oficial imediatamente após deixar a Academia. Trata-se, no fundo, da parte menos significativa de todo o processo de socialização, porque corresponde ao «fazer» do simples oficial subalterno, ou seja, à transmissão de conhecimentos relacionados, por um lado, com a rotina de uma unidade militar e, por outro, com a especialidade que o oficial escolheu.

Olhando os meus mais atentos auditores pressinto neles duas perguntas:

— O que é que a Nação tem a ver com o processo de socialização militar? Isso não é ao cabo e ao resto, uma questão meramente profissional?

A NAÇÃO E OS MILITARES

É evidente e claro que o processo de socialização militar se pode traduzir, simplesmente, numa questão profissional.

Com efeito, dos mais toscos aos mais subtis, todos os mecanismos aqui postos em funcionamento têm como finalidade fundamental gerar duas grandes competências profissionais: saber chefiar e saber decidir.

²⁸ Os conhecimentos que enumero — e que correspondem, quase sempre, a outras tantas disciplinas — não esgotam a panóplia que se ministra aos cadetes; são, todavia, os mais significativos, importantes e comuns. São-no, porque a economia, a demografia, a geografia, a política interna e as relações internacionais estão na origem da definição da política de defesa nacional e da guerra. Se a defesa militar constitui uma das vertentes da defesa nacional parece lógico que os responsáveis pela execução daquela não ignorem os elementos que concorrem para a definição desta.

O saber chefiar exige, no mínimo, ser capaz de identificar as situações, passando pelo conhecimento das suas envolventes e das suas componentes; mas exige, também, o saber conduzir homens, facto que apela à prática da Psicologia e ao conhecimento da Organização²⁹.

Quanto ao saber decidir, trata-se da aplicação mais complexa de todo o mecanismo de socialização militar.

De novo pressinto o espanto nos meus pacientes ouvintes:

— Então tomar decisões não é o que toda a gente faz a todos os instantes de cada dia? Para isso é preciso movimentar mecanismos de socialização assim tão complicados?

Uma vez mais, tenho de admitir a evidência aparente. Digo aparente, porque o oficial dos Quadros Permanentes da Força Aérea — tal como o dos restantes ramos das Forças Armadas — embora tenha de decidir em circunstâncias idênticas às de todos os cidadãos, é também treinado para tomar decisões quando mais ninguém — sem aptidões específicas — é hábil suficiente para o fazer.

Na verdade, o oficial militar aprende a decidir quando à sua volta reina o caos, a desordem, a morte e a ruína. Se, nesses momentos, a incapacidade toma conta dele é porque, então, algo falhou no processo de socialização a que esteve sujeito. Note-se que o importante é ser capaz de decidir quando mais ninguém o consegue fazer. Eis porque, para o profissional militar a situação tida como normal é-lhe anormal, já que o seu treino vai no sentido de saber enfrentar a inversa³⁰.

Esclarecidos estes aspectos, parece que poderei, agora, responder à questão mais candente: a da relação entre a Nação e o processo de socialização militar.

Da exposição já feita é possível concluir que não há nenhuma outra profissão, para além da militar, que implique um processo de socialização tão complexo quanto aquele que, a traços largos, descrevi. Em abono da verdade, julgo mesmo que, excluindo o caso dos sacerdotes e

²⁹ Chefiar faz parte do leque de actos mais complexos exigidos aos graduados militares; na verdade, porque a chefia militar, em última análise, pode sempre decidir da vida de outros homens, espera-se que o responsável pela ordem tenha sido capaz de avaliar tão completamente quanto possível a situação e os quadros envolventes, por forma a que a decisão seja exequível com os menores custos de toda a natureza.

³⁰ Será curioso recordar um exemplo ocorrido entre nós e que foi alvo de divulgação nos órgãos de comunicação social, o qual demonstra bem quanto os militares são treinados para enfrentar com normalidade as situações anormais. Nos dias imediatamente a seguir a 25 de Abril de 1974, os oficiais eram solicitados a resolver, a par de complicados problemas políticos, quase toda a gama de problemas sociais e laborais que explodiram por toda a Lisboa e por todo o país; o facto de haver sempre uma enorme disponibilidade e de se encontrarem sempre soluções levou os jornalistas a apelidarem de «homens sem sono» os oficiais do MFA envolvidos nesses processos.

monges, não há mais nenhuma actividade que obrigue a um novo processo de socialização lançado sobre aquele que inicialmente transforma o indivíduo num ser social.

Como também já vimos, todo o processo de socialização militar do futuro oficial canaliza-se, fundamentalmente, para o desenvolvimento da capacidade de chefia e da capacidade de decisão com vista ao saber gerir a violência.

Todavia, a violência de que falo tem de ser, além de legal, legítima³¹; isto é, tem de estar apoiada não só nas razões de Estado como, também, na vontade, expressa ou intuída, da população nacional. Por outras palavras, a violência da qual as Forças Armadas são gestoras é aquela que se desencadeia quando está em causa a manutenção da independência e da soberania nacionais.

Julgo, em face do que venho expondo, que não envolve qualquer tipo de esforço intelectual a aceitação do papel das Forças Armadas como últimas guardiãs da perenidade nacional. Esse desempenho gera nelas a necessidade de, ao identificarem-se com os mais profundos e constantes desejos da população, se manterem equidistantes de todas as forças políticas que se debatem na luta pelo Poder³².

Esta independência — expoente máximo da noção de serviço nacional e auto-restrição de direitos — é mais um dos aspectos que uma saudável socialização militar desenvolve nos futuros oficiais.

Então, pode dizer-se que a Instituição Militar, detentora da experiência de séculos e garante dos mais permanentes e antigos anseios da população, toma à sua conta a criação e manutenção de um sistema de socialização militar que possibilita, por um lado, ter, como oficiais gestores da violência, chefes capazes e bons decisores e, por outro, desenvolver no seu seio uma total independência política. Nesta medida, as Forças Armadas são efectivamente um reservatório moral da Nação. São-no, porque, à semelhança de certas reservas naturais, nelas se preserva, entre

³¹ A noção de legitimidade é aqui utilizada no sentido politológico. Assim, a fronteira entre a legalidade aceite e a legalidade imposta não passa pelo detentor do Poder mas, exclusivamente, pela maioritária aceitação desse mesmo detentor.

³² Amos Perlmutter na sua obra *Lo Militar y lo Político en los Tiempos Modernos* (Madrid, Ediciones Ejercito, 1982), classifica os militares segundo três paradigmas: o profissional, o pretoriano e o revolucionário. Claro que se trata de uma análise virada para o militar, embora o autor deixe evidente que o posicionamento dos militares acaba sendo ou influenciando o da Instituição Militar. Neste capítulo, a minha posição, vai no sentido de separar o militar da Instituição, isto é porque não há monopólios do patriotismo e, por conseguinte, exclusão prévia de facções políticas, a única forma verdadeiramente nacional de se cumprir a finalidade das Forças Armadas é a do estabelecimento da equidistância.

outras virtudes cívicas, a pureza da tradição, a altivez, a nobreza de carácter, a lealdade, o espírito de sacrifício, a coragem, o gosto pela liberdade e a lhaneza.

Quando, na última metade do século XVI, Luís de Camões recomendava ao Rei que os Cavaleiros devia ter em muita estima, fazia-o porque, no espírito da época, era no monarca que se consubstanciava a Nação, já que era dele que dimanava todo o poder e toda a autoridade.

Na primeira década do século XX, quando Mouzinho de Albuquerque escreveu a célebre carta ao Príncipe D. Luís Filipe, o Rei já só era, na prática liberal, o Chefe de Estado e, como tal, ainda o mais importante dos símbolos nacionais.

Hoje, a Nação tem ao seu alcance todos os instrumentos de que necessita para saber como é a Instituição Militar e, acima de tudo, como ela pode garantir a perenidade nacional. Não pensem, todavia, os pessimistas que esta missão suprema não está ao alcance das nossas Forças Armadas. Basta recordar que a primeira acção defensiva que se pode desenvolver é a de carácter dissuasor — e dissuade-se com poucos meios desde que, em termos de opinião pública, a dissuasão seja credível³³.

Para que a Nação possa ter as Forças Armadas em muita estima é necessário que as conheça, que saiba que, de facto, elas não são um sorvedouro do erário público, porque todo o treino militar que consome os cabedais dos contribuintes visa manter um capital herdado há nove séculos e que nós, os militares, temos em muita estima: a integridade, a independência e a soberania da Pátria portuguesa.

³³ A opinião pública e a credibilidade aqui mencionadas referem-se, naturalmente, ao estrangeiro.

BIBLIOGRAFIA

- BIROU, Alain — *Dicionário das Ciências Sociais*, 5ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.
- BOUDON, Raymond (dir.) — *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990.
- CAMÕES, Luís de — *Os Lusíadas*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Ltª, 1971.
- CARDONA, Gabriel — *Historia del Ejército. El peso de un grupo social diferente*, Barcelona, Editorial Humanitas.
- COSTA, J. Almeida e MELO, A. Sampaio e — *Dicionário de Língua Portuguesa*, 6ª ed., Porto, Porto Editora, 1987.
- FRAGA, Luís M. Alves de — «Para uma perspectiva sociológica da evolução do sistema de educação militar em Portugal entre 1790 e 1958» in *Boletim*, Sintra, Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, n.º 4, Setembro, 1990.
- HUNTINGTON, Samuel P. — *The Soldier and the State. The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, 7ª ed., Cambridge, Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University Press, 1981.
- JANOWITZ, Morris — *O Soldado Profissional - Um Estudo Social e Político*, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1967.
- MARTINS, General Luís Ferreira — *Mouzinho*, 2ª ed., Lisboa, Edições Excelsior, 1965.
- PERLMUTTER, Amos — *Lo Militar y lo Político en los Tiempos Modernos*, Madrid, Ediciones Ejército, 1982.
- THINES, G. e LEMPEREUR, Agnés (dir.) — *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70, 1984.